

APRESENTAÇÃO

Nas análises produzidas pelos cientistas sociais que se dedicam ao tema da religião na contemporaneidade, questiona-se, de maneira geral, qual será seu *lugar*. Não se confunda essa problemática com outra, sobre o *local* da religião, recorrente nos estudos monográficos tradicionais que postulavam a identidade entre uma localidade, uma língua, uma cultura e uma religião. Quando se perguntam sobre o *lugar* da religião, os teóricos e pesquisadores da área elucubram sobre qual seu papel dentro de configurações societárias complexas, e também sobre o próprio estatuto do conceito de religião operacionalizado na análise, por vezes considerado demasiado monolítico para dar conta dos intrincados processos sociais em andamento na atualidade.

Pertencimentos religiosos que atravessam localidades, situações locais preñhes de identidades religiosas ou nacionais contrastantes e lugares onde não se esperava que a religião (ainda) estivesse. *Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião*, revista que atinge com este número sua décima quarta edição, traz à luz pesquisas e reflexões em torno dessas problemáticas gerais, embora sejam diversos os temas e objetos abordados nos artigos, dado que foram submetidos por meio de chamada aberta aos sócios da Associação dos Cientistas Sociais da Religião no MERCOSUL (ACSRM).

O artigo de Paulo Gracino Júnior apresenta um estudo em profundidade sobre as relações entre religião e identidade social no qual o autor compara duas regiões do Estado de Minas Gerais, de acordo com suas composições demográficas religiosas, peculiares no que diz respeito à distribuição de católicos e pentecostais. Articulando dados quantitativos e qualitativos numa perspectiva histórica, o autor encontra argumentos para refutar tendências interpretativas que associam identidade religiosa à escolha racional. No decorrer do artigo, Gracino Júnior encontra espaço para discutir questões prementes como a relação entre identidade católica e pentecostal, e o fenômeno amplamente reconhecido no Brasil, ainda que talvez pouco aprofundado teoricamente, da dupla pertença religiosa.

Se o artigo de Gracino Júnior apresenta-nos uma comparação de configurações religiosas em duas localidades, Ari Pedro Oro revela, a partir de um evento evangélico argentino de escopo internacional direcionado a pastores e lideranças, tensões simbólicas entre uma visão globalizada da cristandade pentecostal e as identidades localizadas presentificadas nos

cultos pelas *bandeiras nacionais*. Descreve-se e analisa-se, nesse artigo, a estrutura ritual e características organizacionais do *Breakthrough*, sediado em 2008 pela igreja argentina *Rey de Reyes*, e que agrega anualmente, em sua maior parte, líderes provenientes da América Latina, e em menor medida, pastores vindos de países africanos, da América do Norte, Europa e Ásia. Expõe-se no artigo de Oro a biografia dos condutores do evento, no sentido de evidenciar, na formatação biográfica que esses sujeitos fazem de si mesmos, a mesma tensão entre local e global expressa pelas bandeiras no *Breakthrough*, na medida em que se projetam, como ícones do cenário evangélico-pentecostal argentino, num circuito de pregadores itinerantes com participações em eventos e cultos pentecostais em todo o mundo.

Esse pentecostalismo globalizado, visto sob uma perspectiva êmica, compõe-se de uma *vena* de agentes religiosos que se deslocam de um lugar a outro, instaurando/restaurando em cada local a mediação entre a comunidade local e a experiência íntima e efusiva do Espírito Santo, através da pregação e de toques físicos que prometem curas e libertações espirituais. Lilian Sales, no terceiro artigo que publicamos neste número, explora uma articulação diferente no que tange aos códigos simbólicos do local e do global, agora dentro do âmbito do catolicismo. Em cada aparição mariana irrompe um fenômeno coletivo de amplitude considerável na história do catolicismo, o qual, sem ser a princípio mediado institucionalmente, estabelece-se em *locais* para onde os fiéis convergem, visões acontecem, mensagens são dadas, e marcas desse contato são instauradas na paisagem agora sacralizada pela presença: fontes, montes e árvores. A despeito da aparente espontaneidade de seu surgimento, a construção da legitimidade da aparição segue um padrão vigente desde o Século XIX. Sales denomina *modelagem* o processo de convergência das aparições marianas a esse padrão, observando-o em específico numa localidade do interior de São Paulo.

O que se adapta e o que se atenua quando uma religião irrompe para fora de uma localidade? Segundo o artigo de Bernardo Lewgoy, o espiritismo brasileiro imprimiu, nos últimos anos, um esforço centralizado de transformação interna, com vistas a uma presença mais intensa no exterior; ao mesmo passo, teve de abrir mão da epígrafe *Brasil, Pátria do Evangelho*. Simultaneamente, organizou-se uma federação internacional espírita nos moldes da federação nacional brasileira, dedicada à *modelagem* das práticas espíritas em muitos países de acordo com uma abordagem selecionada com denodo pelos principais propagadores. Esses dois processos conco-

mitantes abriram espaço para a circulação internacional de líderes espíritas brasileiros em direção aos países do Norte e da América Latina, atuando como palestrantes e conferencistas, num circuito em muito semelhante ao descrito por Oro a respeito dos pentecostais. Apesar dessa semelhança em termos da circulação e do prestígio social, deve-se observar que o caso que Lewgoy inventaria com acuidade aponta para a atuação de líderes como Divaldo Franco em circuitos não-denominacionais de palestras e conferências, ligados a temas mais amplos associados à psicologização religiosa propiciada pela Nova Era.

Os dois últimos textos refletem sobre as relações entre o lugar da religião na contemporaneidade, especialmente no que tange a outros campos sociais como a política ou a arte. Desde, pelo menos, a promulgação da Constituição Brasileira de 1988, foram apresentadas nos foros legislativos federais projetos de lei que procuravam regular a liberdade de culto, o uso de símbolos religiosos e o estatuto jurídico das organizações ou associações religiosas. Emerson Giumbelli analisa o texto do acordo Brasil-Vaticano, estabelecido por decreto-lei, em vigência desde 2010 e considerado pelos seus proponentes como uma “consolidação” de uma relação já dada entre Estado e Igreja Católica Apostólica Romana. Assim, o autor desenvolve uma análise retrospectiva das iniciativas legislativas em relação à regulação religiosa, perguntando-se sobre o que havia de efetivo que ainda não tinha sido “consolidado”, no intuito de vislumbrar, por meio da análise de tais “segredos públicos”, definições sociais acerca da religião em vigência na sociedade. Traçam-se ainda comparações interessantes, por exemplo, com as polêmicas acerca dos símbolos religiosos em repartições públicas e os livros didáticos de ensino religioso.

A arte moderna, pelo menos desde os *ready-made* de Marcel Duchamp, desenvolveu uma certa ironia iconoclástica caracterizada pelo deslocamento de imagens para fora dos entornos que comumente lhes oferecem sentido, para induzir o espectador a lançar outro olhar sobre o mundo e sobre sua própria maneira de pensar. O que pode acontecer quando a imagem deslocada numa obra remete a um símbolo religioso? Paola Lins Oliveira, por meio de um estudo de caso acerca de uma exposição no Rio de Janeiro, rastreia linhas de conflito discursivas em torno a uma polêmica oriunda da (des)apreciação de uma obra de arte de autoria de Márcia X., que deslocava objetos culturais católicos (terços) para o terreno da erótica. Envolvendo ativistas religiosos, artistas e intelectuais, deflagrada na mídia impressa nas

redes sociais eletrônicas, a controversia gerada e a ação determinada de políticos apoiados pela Igreja Católica acarretaram a retirada da obra da mostra. A autora ainda compara essa polêmica religiosa a outras, como as charges do profeta Maomé, o “chute na santa” do pastor Von Helde e a publicação de “Versos Satânicos” de Salmon Rushdie. Configurações sociais e consequências diversas para uma mesma situação, na qual a liberdade de expressão artística choca-se com formas de controle dos símbolos operada por instituições ou ativistas religiosos. Desta forma, limites entre campos sociais que a modernidade fez acreditar isolados tornam-se zonas de polêmica e disputa simbólicas na contemporaneidade.

Daniel Alves
Editor-Gerente